



## **COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO**

### **ATA NÚMERO 245/XII/4.ª SL**

Aos onze dias do mês de fevereiro de 2015, pelas 12:00 horas, reuniu a Comissão de Segurança Social e Trabalho, na sala n.º 4 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata n.º 244;
2. Discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 255/XII (4.ª) (GOV) -  
Procede à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 96/89, de 28 de março, regulando a proteção social dos tripulantes dos navios registados no Registo Internacional da Madeira (data limite para entrega de propostas de alteração: 9 de fevereiro às 18h00);
3. Apreciação e votação do parecer sobre a Petição n.º 452/XII (4.ª) - Pela defesa dos postos de trabalho na segurança social  
Deputada relatora: Catarina Marcelino (PS);
4. Confirmação das votações indiciárias realizadas em sede de Grupo de Trabalho ao projeto de Texto Final da Proposta de Lei n.º 209/XII (3.ª) (GOV) – Estabelece o regime de acesso e exercício da atividade de artista tauromáquico e de auxiliar de espetáculo tauromáquico;
5. Apreciação do relatório de audiência concedida à Associação Nacional dos Centros de Cultura e Desporto da Segurança Social;
6. Outros assuntos.

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado José Manuel Canavarro (PSD), que presidiu à reunião, iniciou os trabalhos, pondo em apreciação a ata n.º 244, de 4 de fevereiro, a qual, submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

No ponto seguinte da Ordem do Dia, procedeu-se, nos termos regimentais, à discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 255/XII (4.ª) (GOV), a qual decorreu na presença de mais de metade dos membros da Comissão em efetividade de funções,

nos termos do n.º 5 do artigo 58.º do Regimento da Assembleia da República. Tendo sido apresentadas propostas de alteração pelo GP do PCP, o Senhor Deputado David Costa (PCP) usou da palavra para explicar que se pretende garantir a todos os trabalhadores nacionais proteção nas eventualidades assinaladas (de invalidez, velhice, morte e desemprego), até porque não faz sentido que haja dois regimes diferentes em Portugal.

Procedeu-se à votação artigo a artigo. Das propostas de alteração apresentadas pelo GP do PCP, a proposta de aditamento de um inciso final no n.º 2, a proposta de substituição do n.º 3, a proposta de aditamento de um novo n.º 4, passando o anterior n.º 4 a n.º 5, do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 96/89, de 28 de março, alteração constante do artigo 2.º da PPL, bem como as propostas de eliminação dos artigos 3.º e 5.º da PPL foram rejeitadas, com votos contra do PSD, do PS e do CDS-PP, votos a favor do PCP e a abstenção do BE.

Procedeu-se de seguida à votação dos cinco artigos da Proposta de Lei, os quais foram aprovados, com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e abstenções do PCP e do BE.

No terceiro ponto da Ordem do Dia, a Senhora Deputada Catarina Marcelino (PS) apresentou o parecer sobre a Petição n.º 452/XII (4.ª) – Pela defesa dos postos de trabalho na segurança social, que, submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

No ponto seguinte da Ordem do Dia, foram confirmadas as votações indiciárias realizadas em sede de grupo de trabalho criado para o efeito e coordenado pelo Deputado João Figueiredo (PSD), que interveio de seguida, para se congratular com a forma como os trabalhos decorreram, agradecendo a atitude de colaboração por parte dos Deputados Idália Salvador Serrão (PS) e Artur Rêgo (CDS-PP).

O Deputado Jorge Machado (PCP) informou que o Deputado Miguel Tiago (PCP) não participou no grupo de trabalho enquanto representante do GP do PCP em virtude de essas reuniões terem coincidido com as da Comissão de Inquérito ao BES. Por essa razão, solicitou que lhe fosse dada a possibilidade de indicar o respetivo sentido de voto até ao final do dia seguinte.

O Senhor Presidente respondeu que, verificando-se haver consenso por parte dos membros da comissão, os serviços aguardariam pelo sentido de voto do GP do PCP e do GP do BE para concluírem o relatório da votação na especialidade.

No quinto ponto da Ordem do Dia, a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) apresentou o relatório da audiência concedida à Associação Nacional dos Centros de

Cultura e Desporto da Segurança Social em 10 de dezembro de 2014, tendo sido aceite a proposta de pedido de informações ao Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.

Em outros assuntos, a Deputada Clara Marques Mendes (PSD) informou que, a pedido da Deputada Mariana Aiveca (BE), ficava sem efeito a reunião do Grupo de Trabalho sobre trabalho forçado (Projeto de Lei n.º 648/XII) agendada para as 14 horas desse dia, a qual seria reagendada para a próxima quarta-feira, dia 18 de fevereiro, à mesma hora.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelas doze horas e quarenta minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será assinada.

**O Presidente,**

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'J. M. Canavarro', written in a cursive style.

(José Manuel Canavarro)

Palácio de São Bento, 18 de fevereiro de 2015.

## **COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO**

**Reunião de 11 de fevereiro de 2015**

**Folha de Presenças**

(Ata n.º 245/XII/ 4.ª SL)

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva  
Andreia Neto  
Arménio Santos  
Artur Rêgo  
Catarina Marcelino  
Clara Marques Mendes  
Idália Salvador Serrão  
João Figueiredo  
João Paulo Pedrosa  
Jorge Machado  
José Manuel Canavarro  
Maria das Mercês Borges  
Mariana Aiveca  
Mário Ruivo  
Miguel Laranjeiro  
Pedro Roque  
Teresa Costa Santos  
António Cardoso  
David Costa  
Maria Conceição Pereira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Inês Teotónio Pereira  
Nuno Sá  
Sónia Fertuzinhos

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar a seguinte Senhora Deputada:

Joana Barata Lopes